

Pesquisa mostra sucesso de bolsas-escola

Estudo feito pela Unesco revela que iniciativa, adotada em várias prefeituras do País, diminui os índices de repetência e de evasão escolar, além de combater a exploração do trabalho do menor

SIMONE BIEHLER MATEOS

Cássio tem 8 anos e este ano deixou de vender pipoca para estudar. Apesar disso, continua garantindo o sustento da mãe e dos três irmãos que moram com ele numa favela do Bairro do Coque, no centro do Recife. É que, em troca da frequência escolar de Cássio, sua mãe recebe da prefeitura uma bolsa de meio salário mínimo, com a qual consegue alimentar os quatro filhos.

“Não fosse esse dinheiro, meu filho teria de largar os estudos e voltar a vender pipoca para não morrermos de fome”, diz a mãe, Maria Silva dos Santos, empregada doméstica. Para os pais que têm dois ou mais filhos na escola, a bolsa é de um salário mínimo. A família de Cássio é uma das centenas de beneficiadas pelo programa de bolsa-escola da prefeitura do Recife, que tem 330 crianças inscritas. Com a iniciativa, a evasão escolar nos bairros pobres da cidade caiu de 17% para 3%.

Como no Recife, as diversas experiências feitas no País de concessão de bolsas para alunos carentes de 7 a 14 anos estudarem apresentam resultados surpreendentes no combate à miséria e ao trabalho infantil. As bolsas estão trazendo, ainda, melhora do desempenho escolar, queda da repetência e evasão e efeitos positivos até sobre as finanças públicas.

Avanços – “O Brasil é o único País no qual a maioria dos programas de renda mínima está vinculada à educação, característica que vem possibilitando, em curto prazo, avanços sociais que nenhum outro país conseguiu com esse tipo de programa, exceto em períodos pós-revolucionários”, avalia Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da área de desenvolvimento social da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e coordenador-técnico de um estudo da Unesco que avaliou os resultados da experiência de bolsa-escola criada em 1995

pelo governo do Distrito Federal, pioneiro nesse tipo de iniciativa, ao lado de Campinas.

Em Belém, onde o programa começou no ano passado e já atinge 3 mil famílias, o secretário municipal de Educação, Luiz Araújo, calcula que cerca de 500 crianças que viviam pelas ruas da cidade puderam dedicar-se aos estudos graças ao benefício. Entre 13 mil alunos, apenas 12 desistiram de frequentar as aulas. “Minha vida e a de meus filhos melhorou bastante com a bolsa-escola”, diz o agricultor paraense Alcides Oliveira, de 54 anos, que sobrevive num barraco na periferia de Belém com os R\$ 260,00 que recebe da prefeitura desde junho para manter seus dois filhos na escola.

Repetência – Em Brasília, segundo o estudo coordenado pela Unesco, o índice de repetência entre os bolsistas (7%) é duas vezes menor que o registrado no conjunto dos alunos da rede pública (15%). Além disso, os bolsistas apresentam índices de evasão (menos de 1%)

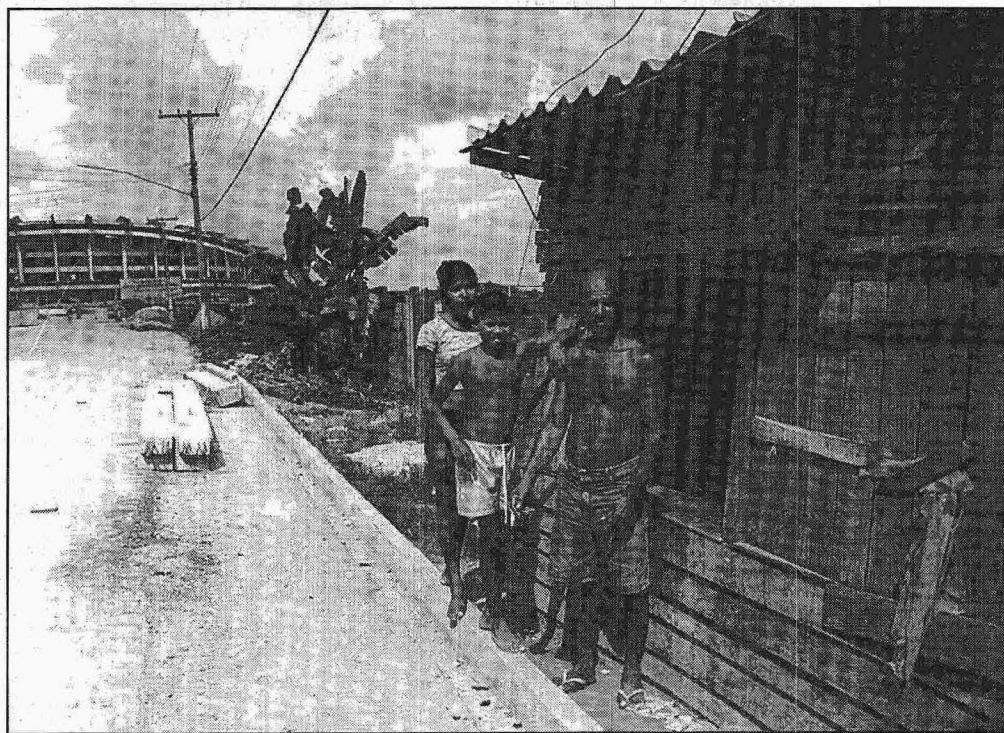
inéditos, inferiores até aos registrados entre a população de mais alta renda (cerca de 2% a 3%).

“Só os recursos que o Distrito Federal deixa de usar com a repetência são suficientes para cobrir metade dos custos do programa”, frisa Waiselfisz. Além disso, ele aponta a economia de recursos públicos propiciada pelo programa com a redução da evasão e com saúde pública, já que a melhor nutrição e a orientação sanitária que normalmente vêm associadas ao programa permitem reduzir os gastos nessa área. A redução de gastos também pode ser sentida, de acordo com o coordenador-técnico da Unesco, pela desativação de outros programas sociais, como distribuição de alimentos, que se tornam desnecessários graças à bolsa.

Como o percentual de alunos que trabalham é três vezes menor entre os bolsistas (2,4%) que entre os não-bolsistas (7,6%), pode-se inferir que cerca de 2.280 crianças e adolescentes puderam deixar de trabalhar para dedicar-

PROJETOS LOCAIS						
Programas de Bolsa-Escola ou de Renda Mínima vinculada à frequência à escola						
Critérios					Número de Famílias Beneficiadas	
Localidade	Ano	Faixa etária dos filhos	Anos de residência	Limite de renda (em sal. mínimo ou em reais)	Ago/96	Ago/97
Campinas	1995	0-14	2	R\$ 35 per capita	2.700	2.700
Brasília	1995	7-14	5	2 SM ou 1/2 SM per capita	19.800	21.800
Ribeirão Preto	1995	0-14	5	R\$ 230 por família	2.200	2.200
Osasco	1996	0-14	2	R\$ 42,82 per capita	88	270
Jundiaí	1996	—	2	1 SM ou 1/2 SM per capita	100	200
Santos	1996	0-16	1	R\$ 50 per capita	380	—
Vitória	1996	0-14	2	R\$ 40,10 per capita	96	170
Boa Vista	1996	7-14	1	2 SM ou 1/2 SM per capita	500	450
Amapá	1996	7-14	5	2 SM ou 1/2 SM per capita	—	1.200
Belém	1997	4-14	3	2 SM ou 1/2 SM per capita	—	3.000
Belo Horizonte	1997	7-14	5	2 SM ou 1/2 SM per capita	—	400
Presidente Prudente	1997	0-14	3	2 SM ou 37,5% SM per capita	—	300

Fonte: Pesquisa realizada pelo Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (NAPP) em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)



Alcides Oliveira, agricultor de Belém, recebe R\$ 260 de bolsa-escola pelos dois filhos que mantém estudando

se exclusivamente aos estudos no Distrito Federal.

Os resultados são ainda mais impressionantes quando se leva em conta que os bolsistas são selecionados entre o segmento da população que tradicionalmente tem o pior desempenho escolar: quase 60% dos alunos já repetiram de ano alguma vez e um de cada quatro, duas vezes ou mais. Mais da metade tem pais apenas alfabetizados e 20%, pais analfabetos.

O estudo da Unesco comparou o desempenho de bolsistas e não-bolsistas de Brasília no exa-

me aplicado em 1997 pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em alunos de 4.ª e 8.ª séries. Os bolsistas tiveram desempenho ligeiramente melhor em português e matemática e ligeiramente pior em ciências.

“O programa pegou o segmento da população que sempre teve o pior desempenho e, em dois anos, conseguiu trazê-lo para os níveis médios do conjunto dos alunos da rede pública de Brasília, que obtém um dos melhores resultados do País no exame do Saeb”, destaca Waiselfisz.

Na sua opinião, o mais surpreendente da pesquisa, porém, é a constatação de que a bolsa-escola conseguiu despertar o gosto pelo estudo no segmento mais marginalizado da população. As respostas ao questionário mostram que os bolsistas têm mais prazer em vir à escola que os não-bolsistas e gostam mais de estudar e de ler. Além disso, os seus pais acompanham mais de perto a vida escolar dos filhos e são mais frequentes nas reuniões. O programa de Brasília é o de maior abrangência no País. Com 21,8 mil famílias bolsistas, num

total de 44 mil crianças, o Programa Bolsa-Escola atende quase 60% da demanda potencial total, ou seja, do universo de famílias que se enquadram nos critérios exigidos para participar do programa. Cada família recebe um salário mínimo mensal.

Com variações, entre julho de 1996 e novembro de 1997, existiam no País pelo menos 14 programas de bolsa-escola ou renda mínima em execução, 10 deles iniciativas de administrações municipais, um do governo do Amapá e outro do DF. Sobre o mesmo tema, nessa época, registravam-se 8 legislações já aprovadas e 24 projetos legislativos em andamento. O levantamento foi feito pelo Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (NAPP), de São Paulo, em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Esses programas têm em comum a concessão do benefício a famílias e não a indivíduos, sempre com prioridade para a mãe como titular da bolsa. O principal critério de seleção dos beneficiários baseia-se na renda familiar, que deve situar-se em torno de dois salários mínimos (renda total) e/ou de meio salário mínimo (renda per capita).

Outro critério frequente é a exigência de um tempo mínimo de residência no município, entre 1 e 5 anos, para evitar que o programa estimule a migração. Em alguns casos, o benefício é um valor fixo igual para todas as famílias e, em outros, é um valor variável, que pode ser determinado pelo número de membros da família ou em função de sua renda. Em todos os programas, porém, o valor médio do benefício concedido fica em torno de um salário mínimo por família por mês, com exceção de Ribeirão Preto, onde é R\$ 60.

A única contrapartida exigida por todos os programas examinados é a matrícula escolar dos filhos entre 7 e 14 anos, em muitos casos acrescida da exigência de frequência mínima de 75% a 80%, embora diversos programas não disponham de mecanismos muito rígidos para o controle dessa frequência. Em alguns casos é exigido ainda que o responsável pela família participe de reuniões em grupos socioeducativos, onde recebe orientação sobre nutrição, saúde, saneamento básico e temas relacionados à educação dos filhos. (Colaboraram Felipe Oliveira e Carlos Mendes)